



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Folha nº 06

JJ Reis
Tainá Santos Reis
Secretária CPL

PROJETO BÁSICO

Tem como finalidade o presente *PROJETO* nortear a forma de execução da prestação de serviços técnicos especializados por parte de empresa a ser contratada, especializados no acesso a *Internet Banda Larga*, com velocidade de **300MB**.

1. DO OBJETO CONTRATUAL

O objeto do contrato pretendido consiste na prestação de serviços especializados de acesso a Internet Banda Larga, com velocidade de **300MB**, durante o período de *janeiro a dezembro de 2021*.

2. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

2.1. DA CONTRATANTE.

- a) A *Câmara Municipal de Poço Verde* se obriga a colocar à disposição da empresa a ser **CONTRATADA** todos os elementos necessários ao bom desempenho dos serviços contratados.
- b) A *Câmara Municipal de Poço Verde* não se responsabilizará pelos encargos com pessoal utilizado pela empresa Contratada, no desempenho de suas atividades.

2.2. DA CONTRATADA

- a) Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de dispensa de licitação que deu origem ao contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades previstas.
- b) Alocar todos os recursos necessários para se obter uma perfeita execução dos serviços, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à contratante.
- c) A Contratada deverá se responsabilizar pelas despesas efetivadas com todo o material de expediente necessário à elaboração e execução dos serviços contratados, tais como: material de consumo, cabeadamentos dentre outros similares.
- d) O contratado fica obrigado a comparecer à *Câmara Municipal de Poço Verde*, sempre que solicitado, a fim de orientar "in loco" os serviços decorrentes do Contrato, além de efetuar as visitas técnicas periódicas.
- e) Cabe a empresa a ser Contratada a resolução de problemas na conexão, sempre mantendo a velocidade contratada com IP fixo.
- f) A empresa a ser Contratada deve sempre garantir suporte técnico durante 24h, com técnicos disponíveis a execução do presente pacto, além de disponibilizar nº telefônicos que facilitam a comunicação com a Contratante.

3 - Requisitos Para a Contratação:

A Pessoa Jurídica deverá apresentar os seguintes documentos:

A Habilitação Jurídica será comprovada mediante:

Avenida Epifânio Dória, 18
Centro • CEP: 49.490-000
CNPJ: 32.741.571/0001-73
www.camarapocoverde.se.gov.br
(79) 3549-1454
cmpverde.se@bol.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Folha nº 07

Tainá Santos Reis
Secretária CPL

- 1) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado;

A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante:

- 1) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), através do respectivo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Receita Federal;
- 2) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 3) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional mediante apresentação de certidão unificada expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os previdenciários – Seguridade Social INSS (PORTARIA PGFN/RFB Nº 1.751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014);
- 4) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, com a apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de negativa emitida pelo Estado, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos débitos estaduais;
- 5) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, com a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 6) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- 7) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 (NR).



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Folha n° 08

Tainá Santos Reis
Secretária CPL

4 - Fiscalização

A fiscalização do cumprimento do contrato caberá a *Câmara Municipal de Poço Verde*, que exercerá rigoroso controle em relação à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitarem a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

A empresa a ser CONTRATADA obriga-se a permitir ao pessoal da fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas às máquinas, ao pessoal e ao material, fornecendo, quando forem solicitados, todos os dados e elementos referentes aos serviços.

Poço Verde/SE, 04 de janeiro de 2021.

Maria Nilda de Abreu
Responsável Pelo Setor Financeiro

APROVO: 04/01/2021

Rivan Francisco dos Santos
Presidente